

vejam os homens



A bem da verdade, não é preocupação desta página ter caráter noticioso, mas sim informativo. Hoje, no entanto, me deparei com uma notícia preocupante em vários aspectos. Vem de Moçambique. Todos sabemos das múltiplas dificuldades do país e de seu povo. É preciso que as autoridades de lá se atentem para o que ocorre, como alerta o conservacionista nessa entrevista que transcrevo na sua integridade e os devidos créditos. A opinião pública também, não só moçambicana, deve atentar e se mexer para que isso não se perpetue. Para isso é fundamental que se pare de permitir o comércio do marfim. Me pergunto, é mesmo ele fundamental para a existência de algum humano? Ou tão somente do elefante!

Parem de vez com essa matança. O seu comércio ganancioso, corrupto e corruptor tem de ser combatido por organismos internacionais, como o das drogas. Acompanhem aqui o texto.

Em apenas dois anos: Furtivos abateram 2500 elefantes no Niassa.

Escrito por Ricardo Sousa 26 de fevereiro de 2013 em [Notícias de Moçambique](#)

A Reserva do Niassa perdeu nos últimos dois anos, (2011-2012), cerca de dois mil e quinhentos elefantes, devido à caça furtiva. A matança ocorreu igualmente no Parque Nacional das Quirimbas, em Cabo Delgado, onde se estima que em média são ilegalmente abatidos cento e vinte elefantes por ano, segundo o CTV.

A informação foi avançada ao jornal Notícias pelo antigo diretor de conservação do Parque Nacional da Gorongosa, o conceituado médico veterinário, Carlos Lopes Pereira, que recentemente visitou aquelas duas áreas de conservação da biodiversidade, da região norte do país.

Segundo Lopes Pereira, se o país continuar a registar os atuais índices de caça furtiva, em cinco anos, populações de elefantes, búfalos e de outros grandes antílopes, poderão atingir níveis de extinção.

“O que vi e conheci no Niassa e nas Quirimbas indica um caminhar para a total destruição do património faunístico do país, se não tomarmos medidas firmes para impedir esta catástrofe”, frisou a fonte acrescentando que a caça furtiva na Reserva do Niassa, em particular, não somente gera impactos negativos sobre a biodiversidade como também no turismo. “O facto de, nos últimos anos, nenhum operador faunístico da província do Niassa ter conseguido

abater um elefante, com pontas de marfim pesando o mínimo de 50 libras, (aproximadamente 23 quilogramas), conforme o estabelecido na Lei de Florestas e Fauna Bravia, é por si um indicador claro do abate indiscriminado daqueles animais”, disse.

No que se refere a outras espécies como o búfalo e outros grandes antílopes não restam dúvidas que os métodos utilizados pelos caçadores furtivos vão contribuir para o declínio e fragmentação das populações a médio e longo prazo, acrescentou Carlos L. Pereira, citado pelo matutino Notícias.

[caption id="attachment_1276" align="alignleft" width="351"]



Guardas florestais e elefante abatido foram retirados os dentes (pontas) de marfim[/caption]

O uso massivo de trincheiras e laços com a ajuda de vedações que se prolongam por mais 1 / 3 de um quilómetro de extensão, prova que a caça furtiva não é motivada pelas necessidades de subsistência das populações, mas sim por objectivos comerciais, sublinhou Lopes Pereira.

Para o conservacionista, o mais correto seria banir totalmente a caça ao elefante, nas coutadas e nas reservas de caça. A medida, segundo ele, levaria os operadores faunísticos a explorarem outras atrações turísticas nas suas concessões e não teriam que inventar desculpas de última hora para os clientes, a quem tenham prometido o abate de elefantes com pontas pesando mais de 50 libras.

De acordo com aquele veterinário, face à escassez de elefantes adultos na Reserva do Niassa e no Parque Nacional das Quirimbas, com pontas pesando o mínimo de 50 libras, operadores faunísticos há que solicitaram às autoridades competentes, autorização para abater animais daquela espécie, com o marfim abaixo do peso exigido por lei. Pela mesma razão, caçadores furtivos abatem elefantes com menos de quatro anos de idade, no Parque Nacional das Quirimbas.

Carlos L. Pereira mostra-se preocupado ainda com o envolvimento de alguns elementos das

autoridades da província do Niassa na caça furtiva, direta ou indiretamente, de forma aberta ou a pretexto do conflito Homem/fauna bravia. “ Há meses que me diziam que elementos da guarda fronteira, na província do Niassa, estavam envolvidos nesta prática ilegal. Pedi aos colegas que trouxessem provas inequívocas do seu envolvimento e eles trouxeram. Hoje o próprio comandante da Polícia em Mecula já não consegue negar o envolvimento dos seus homens, porque pudemos demonstrar inequivocamente o seu envolvimento recente, através da entrega de armas de fogo a caçadores furtivos”, revelou.

Guarda Fronteira envolvida no tráfico de marfim

Em Dezembro de 2011, oito elementos da Guarda Fronteira, na província do Niassa, estiveram envolvidos na venda de trezentos e cinquenta quilogramas de marfim apreendido a cidadãos tanzanianos, tendo sido apenas transferidos, ao invés de serem exemplarmente punidos, conforme o estabelecido na lei, que agrava a penalização quando se tratar de membros da autoridade.

O estabelecimento de comandos conjuntos, constituídos por elementos da Guarda Fronteira e da Direção Nacional das Áreas de Conservação, para a proteção de espécies faunísticas e florestais, nas províncias do Niassa e de Cabo Delgado, embora bem-intencionado não constitui um mecanismo viável para conter a caça furtiva no terreno, defende Carlos L. Pereira.

Justifica que o fracasso se deve à ausência de métodos claros de trabalho e da fraca preparação dos elementos da Guarda Fronteira em matérias de fauna e flora, em relação aos fiscais ajuramentados.

“O envolvimento de militares (especializados) é uma opção, mas tem que ser devidamente enquadrado para se alcançar resultados consistentes. É necessário que eles encontrem no terreno a serenidade e profissionalismo necessários para poderem ser bem enquadrados, encaminhados e sucedidos”, concluiu o conservacionista Carlos L. Pereira, para quem a solução do atual problema passa pela revisão de todo o sistema de fiscalização faunística e florestal, começando pela correta seleção dos candidatos e treino dos fiscais a serem afetos nesta área.

Em apenas dois anos: Furtivos abateram 2500 elefantes no Niassa.

Escrito por Ricardo Sousa 26 de fevereiro de 2013 em [Notícias de Moçambique](#)

Observação : 2500 só os não autorizados, que alimentam o tráfico do marfim. A que número chegaríamos se contados os abatidos em mesmas condições em toda África? Vejam bem, são mais de 3 elefantes por dia que são abatidos nesta forma, para essa finalidade criminosa e só nessa província de Niassa. É revoltante!